



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2020  
(Processo Administrativo nº 23479.015797/2019-47)

Torna-se público que a **Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA (UASG 158718)**, por meio da Divisão de Compras e Serviços - DICS, sediada na Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68507-590, Marabá-PA, realizará licitação, *para registro de preços*, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por item e por grupo**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por *preço unitário*, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão:** 04 de setembro de 2020

**Horário:** 09:00hs (horário de Brasília)

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**Uasg:** 158718

## 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, (CONFEÇÃO DE BANNERS, CARTAZES, FOLDERS, CRACHÁS, BLOCO DE ANOTAÇÕES, AGENDAS E DOCUMENTOS EM GERAL), EDITORAÇÃO, COMUNICAÇÃO VISUAL, SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E CONFEÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO, VISANDO ATENDER AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E ACADÊMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, e itens conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo e o menor preço unitário do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema
- 4.1.2 Para os grupos 02, 03, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e para os itens 35, 37, 38 e 74, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.6.1. A vedação da participação de empresas reunidas em consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, situação esta que não se enquadra o presente certame.**
- 4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.2.8 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).
- 4.2.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.
- 4.2.9 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;



- 4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.5.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.5.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.5.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.5.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.5.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.5.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.5.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1 Valor unitário e total do item/grupo;
- 6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Preços, conforme anexo deste Edital;
- 6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO ARÁ**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**



complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.
- 6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.
- 7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote e/ou unitário do item.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO ARÁ**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**



- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 7.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
  - 7.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.





- 7.25.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
- 7.25.2 prestados por empresas brasileiras;
- 7.25.3 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.25.4 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.
- 8.3. A Planilha de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas), contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
- 8.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:
- 8.5.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 8.5.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 8.5.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 8.5.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n. 1455/2018- TCU- Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 8.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.5.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.5.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO ARÁ**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**



nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

- 8.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 8.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
  - 8.8.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata
- 8.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas), sob pena de não aceitação da proposta.
  - 8.9.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
  - 8.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 8.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.11. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.16. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.17. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.18. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
  - d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO ARÁ**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**



- 9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 9.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.4.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.4.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.4.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas [mínimo de duas horas], sob pena de inabilitação.
- 9.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.8.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.9. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 9.10. **Habilitação jurídica:**
- 9.10.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.10.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 9.10.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO ARÁ**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**



- 9.10.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.10.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 9.10.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 9.11. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 9.11.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.11.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.11.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.11.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.11.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.11.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.11.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.12. **Qualificação Econômico-Financeira:**
- 9.12.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 9.13. **Qualificação Técnica:**
- 9.13.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 9.13.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 9.13.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.
- 9.13.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 9.13.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 9.14. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 9.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.15.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



- 9.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas/dias [mínimo de duas horas], a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2 apresentar a planilha de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor,
- 10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - 12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.
  - 12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 15.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

## **16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 16.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
  - 16.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 16.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;



- 16.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 16.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 16.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 16.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 16.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **17. DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL**

- 17.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 18.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **20. DO PAGAMENTO**

- 20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

- 21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 21.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - 21.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
  - 21.1.3 apresentar documentação falsa;
  - 21.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 21.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 21.1.6 não mantiver a proposta;
  - 21.1.7 cometer fraude fiscal;
  - 21.1.8 comportar-se de modo inidôneo;
- 21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



- 21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 21.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
  - 21.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 21.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 21.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
  - 21.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 22.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 22.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## **23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@unifesspa.edu.br](mailto:licitacao@unifesspa.edu.br), ou por petição dirigida ao Pregoeiro, Divisão de Compras e Serviços – DICS/DCO/PROADI, protocolada no Protocolo Central da Unifesspa, no endereço Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA.

**23.2.1 A petição citada no subitem acima deve ser enviada/protocolada até às 17:40hs (horário de Brasília) ao último dia do prazo estabelecido em lei.**





- 23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação
- 23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.  
23.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

#### **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.11. Havendo divergência entre a descrição dos itens contidos no Termo de Referência e no COMPRASNET, os licitantes devem considerar a descrição contida no ANEXO I (Termo de Referência) do EDITAL**
- 24.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida dos Ipês, s/n, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, sem CEP, Marabá-PA, na Divisão de Compras e Serviços – DICS/DCO/PROAD – Prédio da Reitoria, nos dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min, e das 14h30min às 17h30min.
- 24.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 24.13.1 ANEXO I - Termo de Referência;
- 24.13.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços, se for o caso.
- 24.13.3 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
- 24.13.4 ANEXO IV – Modelo de Proposta;
- 24.13.5 ANEXO VI – Modelo de Ordem de Serviço

Marabá, 11 de agosto de 2020.

**Márcia Trigueiro de Vasconcelos**

**Pregoeira**



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
(Processo Administrativo n.º 23479.015797/2019-47)

## **1. DO OBJETO**

- 1.1.** Contratação de empresa especializada para prestação de SERVIÇOS GRÁFICOS, (CONFEÇÃO DE BANNERS, CARTAZES, FOLDERS, CRACHÁS, BLOCO DE ANOTAÇÕES, AGENDAS E DOCUMENTOS EM GERAL), EDITORAÇÃO, COMUNICAÇÃO VISUAL, SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E CONFEÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO, visando atender as unidades administrativas e acadêmicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2.** A tabela com os itens, descrições e valores referenciais estão no anexo I deste Termo de Referência.
- 1.3.** Trata-se de contratação, separados por grupo e item.
- 1.4.** O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de serviços gráficos e estão relacionados com as atividades administrativas e acadêmicas da Unifesspa.
- 1.5.** Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela do anexo I.
- 1.6.** A presente contratação adotará como regime de execução o Preço Unitário.
- 1.7.** A vigência da Ata de registro de preços será pelo período de 12 (meses).

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1.** A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, conforme descrito abaixo:

- 2.1.1.** Diversas unidades da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará demandam por serviços de gráficos, no entanto, a UNIFESSPA não possui os materiais, as ferramentas e nem os profissionais em seu quadro funcional que reúnam as condições necessárias para atender a execução adequada desses serviços, considerados de caráter comum. Por não dispor de gráfica própria, torna-se necessária a contratação dos serviços de modo a suprir as demandas das unidades administrativas e acadêmicas, no que se refere a serviços gráficos, razão pela qual, houve a necessidade de a Divisão de Compras e Serviços - DICS realizar um Registro de Preços, juntando todas as demandas oriundas das requisições da Agenda de Serviços cujo objeto é a contratação de serviços gráficos, editoração, comunicação visual, serviços de impressão e confecção de placas, voltados às atividades acadêmicas e institucionais desta universidade.
- 2.1.2.** Os serviços gráficos são considerados essenciais para garantir a eficiência da comunicação institucional, na divulgação das diversas ações de ensino, pesquisa e extensão da UNIFESSPA. Por meio da contratação de serviços gráficos, a UNIFESSPA garante transparência da gestão, divulga seus resultados e objetivos e aproxima a sociedade da comunidade universitária.
- 2.1.3.** As compras e licitações sustentáveis possuem um papel estratégico para os órgãos públicos e, quando adequadamente realizadas, promovem a sustentabilidade nas atividades públicas. De uma maneira geral, trata-se da utilização do poder de compra do setor público para gerar benefícios econômicos e socioambientais. Critérios e práticas de sustentabilidade podem ser identificadas uma vez que a instituição se preocupa com a padronização da identidade visual e controle dos impressos, além



disso, com o planejamento das unidades demandantes é possível garantir economicidade e evitar desperdícios dos materiais gráficos executados ao produzir materiais com características gerais, não personalizados, e que possam ser aproveitados em diferentes ocasiões, a exemplo de pastas, agendas, blocos e canetas com a marca da instituição.

- 2.1.4. Neste contexto, há possibilidade de realização de um certame com ampla participação, tendo em vista a gama de fornecedores existentes no mercado aptos a concorrer para a prestação dos serviços

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de serviços gráficos demandados pelas unidades acadêmicas e administrativas para complementar e atender às atividades fim da Unifesspa.
- 3.2. Nesse sentido, os serviços gráficos são considerados essenciais para garantir a eficiência da comunicação institucional, na divulgação das diversas ações de ensino, pesquisa e extensão da UNIFESSPA. Por este motivo, é necessário investir nesses serviços com técnicas e recursos tecnológicos atuais, para que consigamos o desenvolvimento social, práticas de sustentabilidade e fortalecimento do ensino. Através dos serviços gráficos, o acesso à informação e a disseminação do conhecimento científico produzido por esta Instituição de Ensino Público Superior é alcançado de forma satisfatória.
- 3.3. Busca-se no mercado empresas capacitadas e com equipamentos adequados para os diversos serviços gráficos que forem solicitados. Para tanto, será solicitado em fase inicial do certame atestados para comprovar sua capacidade técnica de atendimento e ao longo da prestação do serviço, poderá ser verificado se mantém sua condição de habilitação e, assim, manteremos a qualidade dos serviços a serem prestados.
- 3.4. Outro fator de grande importância é a comunicação entre a Unifesspa e a prestadora de serviço a fim de manter o andamento correto do trabalho; a Instituição contará, também, com a transparência e responsabilidade da prestadora de serviço ao lidar com os teores e conteúdo dos impressos gráficos, considerados sigilosos à terceiros, assim como na dedicação na execução com excelência

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/18, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 4.4. Serão considerados bens comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Essa justificativa encontra amparo legal nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei nº 10.520/2002.
- 4.5. Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.
- 4.6. A lei 8.666, de 21/06/1993 e alterações que regulamentam as contratações públicas.



- 4.7.** Diante da inexistência no quadro funcional da UNIFESSPA de agentes com a atribuição de executar serviços gráficos, e de acordo com a norma veiculada pelo Decreto nº 9.507/18, fica justificada a contratação do serviço na forma como a seguir será discriminado.
- 4.8.** A prestação dos serviços deverá atender, no que couber, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 que trata sobre critérios de sustentabilidade ambiental.
- 4.9.** IN SLTI/MPOG Nº 05 de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre regras e diretrizes para do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional.
- 4.10.** Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013 que regulamenta o uso de registro de preços nas contratações públicas.
- 4.11.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:**

- 5.1.1.** Como requisitos necessários ao atendimento da necessidade da contratação é importante identificar as seguintes situações:
- 5.1.2.** No intuito de atingir os principais objetivos no tocante à divulgação das atividades desenvolvidas na Unifesspa, os serviços gráficos necessitam seguir procedimentos básicos que proporcionarão maior credibilidade e transparência na prestação do serviço. As empresas prestadoras de serviços gráficos devem possuir capacidade técnica, pois atenderão os diversos setores da Universidade relativos ao ensino, pesquisa e extensão. Contando com isso, fundamentalmente são três os processos que devem ser cumpridos pelas empresas gráficas: serviços de pré-impressão, impressão dos produtos e serviços de acabamento.
- 5.1.3.** A empresa deve atender com agilidade e presteza, contando com profissionais capacitados. Os equipamentos, programas e meios de comunicação (e-mails), devem ser atuais e modernos, detentores de capacidade para o recebimento de arquivos pesados, também deve haver fácil contato com a empresa, pois na maioria das vezes estão localizadas em outras cidades.
- 5.1.4.** Em todas as etapas, desde o primeiro contato até a entrega dos produtos, os profissionais que trabalham nas empresas prestadoras de serviço devem ser acessíveis e apontar caso seja necessário, adequações que contribuam para a obtenção de um produto final que tenha qualidade.
- 5.1.5.** As empresas devem oferecer matéria-prima de primeira qualidade, pois isto contribuirá para o bom resultado do produto final.
- 5.1.6.** As solicitações serão realizadas de acordo com as necessidades desta Universidade, mediante comunicação formal à CONTRATADA, por meio de Ordem de Serviço (OS), no prazo de 15 (quinze) dias de antecedência, respeitado o prazo para aprovação da arte, quando couber.
- 5.1.7.** A produção de todos os trabalhos será efetuada nas instalações da CONTRATADA. Além da impressão, as atividades a serem executadas pela CONTRATADA abrangem: Produção de provas gráficas. Deve-se considerar como prazo para envio à UNIFESSPA não superior à 03 (três) dias, após a data da Ordem de Serviço e arte enviada;
- 5.1.8.** O prazo de entrega dos serviços é de até 15 (quinze) dias contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e Empenho, em remessa parcelada, caso seja



necessário. O endereço da entrega será informado na Autorização de Fornecimento enviada ao Fornecedor.

- 5.1.9. Na realização de cada trabalho, o critério de impressão a ser adotado deve seguir as observações e especificações, as tiragens e os prazos indicados nas respectivas ordens de serviço e de acordo com as descrições dos itens, conforme a tabela disposta no Termo de Referência.
- 5.1.10. A prestação do serviço será executada de acordo com a necessidade da UNIFESSPA. Deve-se levar em consideração as especificações para a prestação de cada serviço apresentado no Termo de Referência.
- 5.1.11. A prestação de serviços poderá ser em remessa parcelada, de acordo com a necessidade da Unifesspa;
- 5.1.12. Itens cotados por lote, o pedido mínimo que poderá ser realizado é de 01 lote. Os itens, cujo a unidade de fornecimento é unidade, considerar como pedido mínimo 10 unidades caso esta informação não esteja explícita na descrição do serviço, então será considerada esta diretriz para complementar o dimensionamento da proposta.
- 5.1.13. É de responsabilidade da CONTRATADA o acabamento dos materiais impressos e o empacotamento dos materiais impressos, para distribuição em embalagens de até no máximo 20 kg;
- 5.1.14. Entrega dos materiais devidamente embalados nas dependências da UNIFESSPA conforme o prazo e local estabelecido e dispostos na Ordem de Serviço.
- 5.1.15. Os trabalhos a serem impressos serão disponibilizados pela UNIFESSPA à CONTRATADA, preferencialmente em mídia digital.
- 5.1.16. A impressão de documentos pode ser a partir de arquivos digitais, transferidos por meio de rede eletrônica, preferencialmente;
- 5.1.17. Impressão em papéis de gramaturas devem levar em consideração, no mínimo, àqueles especificados na descrição do serviço, dispostos no Termo de Referência; redução e ampliação; impressão duplex automática em folhas de até 29,7cm x 43,2cm; registro frente/verso com precisão, nos casos de publicações periódicas e de trabalhos que requeiram esse grau de precisão;
- 5.1.18. O processo de acabamento deverá atender aos diversos tipos de impressos usados pela UNIFESSPA que serão determinados na Ordem de Serviço.
- 5.1.19. Todos os custos com consumíveis e suprimentos necessários nos processos de impressão, incluindo as fases de acabamento e de embalagem, serão fornecidos pela CONTRATADA e deverão estar de acordo com as especificações técnicas dos fabricantes desses produtos, bem como, os custos decorrentes da entrega do material produzido à UNIFESSPA. O prazo da vigência da Ata é 12 (doze) meses.
- 5.1.20. O fornecedor deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 5 (cinco) dias para os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração.
- 5.1.21. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 5.1.22. Todos os materiais, equipamentos, utensílios e veículos para transporte utilizados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços com segurança e eficiência, deverão ser fornecidos e de propriedade da CONTRATADA.
- 5.1.23. Critérios e práticas de sustentabilidade podem ser identificadas uma vez que a instituição se preocupa com a padronização da identidade visual e controle dos impressos, além disso, com o planejamento das unidades demandantes é possível garantir economicidade e evitar desperdícios dos materiais gráficos executados ao





produzir materiais com características gerais, não personalizados, e que possam ser aproveitados em diferentes ocasiões, a exemplo de pastas, agendas, blocos, livros e outros com a marca da instituição e, assim evitarmos desperdícios de recursos e descarte ao meio ambiente desnecessariamente.

- 5.1.24. Ainda sobre as práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados para esta contratação podemos citar:
- 5.1.25. Sem utilização de trabalho escravo ou infantil; com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais;
- 5.1.26. Na distribuição, verificar a utilização de embalagens compactas;
- 5.1.27. Economicidade na quantidade de papel requisitada, já que a Unifesspa atualmente instrui, na sua grande maioria, seus processos de forma eletrônica.
- 5.1.28. Como destinação final, verifica-se a possibilidade do reuso, no caso de papel, através de utilização de rascunho.
- 5.1.29. Nesse contexto, há possibilidade de realização de um certame com ampla participação, tendo em vista gama de fornecedores existentes no mercado aptos a concorrer para a prestação dos serviços.
- 5.1.30. Serviço de características não continuado
- 5.1.31. Alguns itens da Ata de Registro de Preços, já fazem parte dos critérios de sustentabilidade. Atentar para o aumento destes itens é recomendável.
- 5.1.32. A duração do contrato será de 12 meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. Os serviços serão executados conforme a descrição do serviço descrita abaixo em conformidade com sua natureza e grupo especificado:

### 6.1.1. PRODUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS (Referente aos Grupos: 01, 02, 04, calendário de mesa grupo 6 e confecção de convite grupo 9)

- 6.1.1.1. Na realização de cada trabalho, o critério de impressão a ser adotado será o sistema off-set, observadas as especificações, as tiragens e os prazos indicados nas respectivas ordens de serviço e de acordo com as descrições dos itens, conforme a tabela disposta no item 1.1 deste Termo de Referência.
- 6.1.1.2. O sistema de impressão policromática no sistema off-set deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos: impressão em diversos tipos de papel e adesivados, conforme necessário ao material a ser impresso e especificado no projeto básico; registro frente/verso com precisão; área útil de impressão de 64cm x 94cm; embalagem dos materiais impressos de acordo com os critérios estabelecidos pela UNIFESSPA.
- 6.1.1.3. As provas poderão ser produzidas em equipamento digital e será realizada uma prova impressa que será fotografada com boa qualidade e enviada por meio eletrônico.
- 6.1.1.4. A produção final de todos os trabalhos será efetuada nas instalações da CONTRATADA.
- 6.1.1.5. Além da impressão, as atividades a serem executadas pela CONTRATADA abrangem:
  - 6.1.1.5.1. Produção de provas gráficas. Deve-se considerar como prazo para envio à UNIFESSPA não superior à 03 (três) dias, após a data da OS/arte enviada;
  - 6.1.1.5.2. Acabamento dos materiais impressos;
  - 6.1.1.5.3. Empacotamento dos materiais impressos, para distribuição em embalagens de até no máximo 20 kg;



- 6.1.1.5.4. Entrega, dos materiais devidamente embalados, nas dependências da UNIFESSPA conforme o prazo e local estabelecido no item 7 e dispostos na OS.
- 6.1.1.6. Os trabalhos a serem impressos serão disponibilizados pela UNIFESSPA à CONTRATADA, preferencialmente em mídia digital.
- 6.1.1.7. O sistema de impressão deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos, tanto em monocromia quanto em policromia:
- 6.1.1.7.1. Impressão de documentos a partir de arquivos digitais, transferidos por meio de rede eletrônica, preferencialmente;
- 6.1.1.7.2. Impressão em papéis de gramaturas devem levar em consideração, no mínimo, àqueles especificados na descrição do serviço, dispostos na tabela conforme o item 1.1 deste Termo de Referência;
- 6.1.1.7.3. Redução e ampliação;
- 6.1.1.7.4. Impressão duplex automática em folhas de até 29,7cm x 43,2cm;
- 6.1.1.7.5. Registro frente/verso com precisão, nos casos de publicações periódicas e de trabalhos que requeiram esse grau de precisão;
- 6.1.1.8. O processo de acabamento deverá atender aos diversos tipos de impressos usados pela UNIFESSPA que serão determinados na Ordem de Serviço.
- 6.1.1.9. Todos os custos com consumíveis e suprimentos necessários nos processos de impressão off-set, incluindo as fases de acabamento e de embalagem, serão fornecidos pela CONTRATADA e deverão estar de acordo com as especificações técnicas dos fabricantes desses produtos, bem como, os custos decorrentes da entrega do material produzido à UNIFESSPA.
- 6.1.2. IMPRESSÃO DE MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL (Grupo 03, 05 e 06)**
- 6.1.2.1. Será entregue em mídia digital o arquivo final do material a ser confeccionado, para a empresa ganhadora;
- 6.1.2.2. O processo de confecção dos materiais, estará sob acompanhamento e supervisão de um servidor designado da UNIFESSPA para aferição do conjunto de requisitos exigidos.
- 6.1.2.2.1. Antes da impressão total dos exemplares, a Empresa vencedora deverá disponibilizar à UNIFESSPA 1 (uma) "prova digital" (por título), 1 (uma) "prova física" que deverá ser fotografada com câmera digital de boa qualidade e enviada por meio digital, ambos servirão para coadjuvar na aprovação. Uma vez recebidos os arquivos serão analisado e liberado pelo Servidor da UNIFESSPA designado, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados a partir do recebimento do arquivo digital.
- 6.1.2.3. Após aprovação e liberação da UNIFESSPA, o material será confeccionado;
- 6.1.2.4. Concluída a confecção, ocorrerá o processo de entrega (sob acompanhamento do Servidor da UNIFESSPA designado), observando-se o disposto no item 7.3.
- 6.1.2.5. Para o Grupo 03 - impressão de material de comunicação visual, alguns itens foram dimensionados em m², porém na Ordem de Serviço será informado também o tamanho (AxL) correspondente.
- 6.1.2.6. A qualidade da impressão deve ser adequada ao arquivo enviado para impressão, que não deverá ser inferior à 300 dpi.
- 6.1.3. CONFEÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO E CONFEÇÃO DE PLACAS EM BRAILE (Grupo 12)**
- 6.1.3.1. Entrega de mídia digital contendo o arquivo final do material a ser impresso para a Gráfica.
- 6.1.3.2. Após o prazo para envio da prova (item 7.3.1), por meio digital, inicia-se a reprodução do pedido, conforme OS.
- 6.1.3.3. O prazo pra entrega dos impressos contará a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento e Empenho.
- 6.1.3.4. Para as Placas com Braille, as transcrições devem ser feita por profissional que domine a matéria em apreço, sob risco de serem alteradas ou omitidas informações essenciais ao conteúdo, que deverá manter a fidelidade ao texto original, de modo que qualquer alteração gráfica não modifique o conteúdo da obra, além de indicar a diagramação mais adequada para o texto braille.



6.1.3.5. Concluído o serviço, a Gráfica entregará o material na UNIFESSPA observando-se o disposto nos itens 7.3.

**6.2. Os Serviços que envolvem a arte finalização, diagramação e editoração eletrônica conforme a finalidade e demanda da UNIFESSPA, devem possuir a execução das seguintes etapas:**

- 6.2.1. Paginação eletrônica;
- 6.2.2. Diagramação eletrônica;
- 6.2.3. Produção /preparação de páginas e documentos para impressão;
- 6.2.4. Layout;
- 6.2.5. Tratamento de imagem/foto;
- 6.2.6. Aplicação de imagem/foto;
- 6.2.7. Criação em geral;
- 6.2.8. Fechamento de arquivo.

**6.3.** A especificação do substrato (material) que será utilizado nos serviços dispostos neste Termo de Referência, poderá ser alterado, mediante consulta e autorização do servidor designado da UNIFESSPA, desde que seja de qualidade superior ou similar e não altere o valor registrado em Ata do item.

**6.4.** Deve-se observar o prazo para a execução da arte finalização, diagramação e editoração, conforme está previsto no item 7.3. deste Termo de Referência. Caso necessário, poderá haver negociação de ambas as partes propondo o mais adequado à UNIFESSPA para produção do material solicitado.

**7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

**7.1.** Os itens deste Termo de Referência têm como base as seguintes características:

**7.2.** As solicitações serão realizadas conforme demanda da UNIFESSPA, mediante comunicação formal por meio de Ordem de Serviço. (OS). O prazo da vigência da Ata é 12 (doze) meses.

**7.3.** A prestação do serviço será executada de forma parcelada e de acordo com a necessidade da UNIFESSPA. Deve-se levar em consideração as especificações para a prestação de cada serviço apresentado neste Termo de Referência.

**7.4. O prazo de entrega dos serviços é de até 15 (quinze) dias** contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e Empenho, em remessa parcelada. O endereço da entrega será informado na Autorização de Fornecimento enviada ao Fornecedor.

**7.4.1.** Neste prazo de entrega está incluído o prazo para prova digital, que não poderá ser superior à **03 (três) dias úteis**. Após aprovação da UNIFESSPA, o prazo previsto no item 7.3, volta a ser contado.

**7.4.2. Para os itens, cuja a arte esteja inclusa na execução do serviço, o prazo de entrega será de 15 (quinze) dias após o aceite da arte pelo requisitante.**

**7.4.2.1.** Nesses casos, o Fornecedor possuirá **até 05 (cinco) dias**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e Empenho, para apresentar ao requisitante arte para aprovação, inclusive, neste prazo, deve-se considerar a readequação da arte, se necessário.

**7.4.2.2.** Caso necessário, poderá haver negociação de ambas as partes propondo o mais adequado à UNIFESSPA para produção do material solicitado.

**7.5.** Para fim de elaboração das planilhas de formação de preços, deve-se tomar como referência o local de entrega **Marabá/PA** o endereço de um dos três *campi* existentes na cidade:

**7.5.1.1.** Campus I: Folha 31, Quadra 07, Lote Especial, s/n.º - Nova Marabá, Marabá - PA, 68507-590.

**7.5.1.2.** Campus II: Folha 17, Quadra 04, Lote Especial, s/n.º - Nova Marabá, Marabá - PA, 68505-590.

**7.5.1.3.** Campus III: Rod. BR-230 (Transamazônica), Loteamento Cidade Jardim, Av. dos Ipês, s/n.º - Cidade Jardim, Marabá - PA, 68500-000.

O fornecedor deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 5 (cinco) dias para os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração.



## 8. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**8.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

**8.1.1.** Todos os materiais, equipamentos, utensílios e veículos para transporte utilizados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços com segurança e eficiência, deverão ser fornecidos e de propriedade da CONTRATADA.

## 9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

**9.1.** A prestação de serviços será parcelada, em quantidades variáveis, conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária da Unifesspa, durante o período de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

**9.2.** A execução dos serviços será iniciada no dia útil posterior a data de recebimento do material a ser traduzido, revisado e versado.

**9.3.** Quando da entrega do serviço, a unidade solicitante pode requerer a re-execução do serviço para a empresa contratada, livre de qualquer ônus adicional, no todo ou em partes, caso sejam identificadas incongruências na tradução, versão ou revisão realizada, tantas vezes quantas forem necessárias para a satisfação da contratante com a qualidade do serviço entregue.

**9.3.1.** A responsabilidade pela substituição dos serviços fora da conformidade será exclusivamente da empresa, inclusive com todos os custos advindos desta.

**9.3.2.** O prazo para correção do material em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta está descrito no título 6 deste instrumento, sem prejuízo das sanções administrativas.

**9.4.** A unidade solicitante sempre deverá ser consultada caso haja alguma dúvida da empresa contratada com relação ao entendimento do conteúdo a ser traduzido, versado ou revisado.

**9.5.** É expressamente proibida a utilização exclusiva de softwares de tradução eletrônica como meio para o produto final das traduções ou versões solicitadas.

**9.6.** Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo **de até 10 (dez) dias úteis**, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**9.7.** Os serviços serão recebidos **definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço executado, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**9.7.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**9.8.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**10.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



- 10.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - 10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7.** Enviar cópia da nota de empenho emitida e registrada em favor do fornecedor contratado, em data compreendida durante a vigência da Ata de Registro de Preços assinada;
- 10.8.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.9.** Verificar a conformidade dos serviços conforme descrição constante deste Termo de Referência, bem como os prazos de execução e qualidade dos serviços executados;
- 10.10.** Rejeitar a execução caso seja constatada não conformidade dos serviços com o descrito neste Termo de Referência, devendo solicitar a substituição dos serviços dentro da conformidade;
- 10.11.** Atestar o recebimento definitivo dos serviços na nota fiscal/fatura e encaminhar o documento para pagamento, dentro dos prazos previstos;
- 10.12.** Documentar as ocorrências havidas e informá-las ao fiscal da prestação dos serviços registrados na Ata de Registro de Preços, notificando a empresa contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no objeto;
- 10.13.** Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 11.1.** Cumprir rigorosamente os prazos e demais condições de execução dos serviços, conforme disposto neste Termo de Referência;
- 11.2.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, no Edital e seus anexos e conforme a proposta apresentada na licitação, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os





materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**11.3.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**11.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**11.5.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**11.6.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

**11.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

**11.8.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o CONTRATO, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada;

**11.9.** Assumir a responsabilidade por danos ou prejuízos, materiais ou morais, que a Unifesspa possa sofrer em decorrência de culpa da Contratada ou dolo quando da execução do serviço;

**11.10.** Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

**11.11.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Unifesspa, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

**11.12.** Responsabilizar-se pela entrega do serviço executado, assumindo as despesas postais, quando aplicável;

**11.13.** Dar ciência Unifesspa, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços mesmo que estes não sejam de sua competência;

**11.14.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

**11.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**11.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



**11.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

**11.18.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**11.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.20.** Informar, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido;

**11.21.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do estudo técnico preliminar;

**11.22.** Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada, pela empresa contratada, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a Unifesspa;

**11.23.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**11.24.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos necessários dos serviços a serem executados;

**11.25.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**11.26.** Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.26.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.26.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

**11.27.** Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

**11.28.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



**11.29.** Se for o caso, poderá assinar **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** para manutenção de sigilo dos materiais, dados e informações adquiridos através dos serviços prestados;

**11.30.** Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**12.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**13.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**14.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.2.** O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**14.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**14.4.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.5.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**14.6.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.7.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.8.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a



distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

**14.9.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**14.10.** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**14.11.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

**14.12.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

**15.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

**15.2.** No prazo de até **5 dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

**15.3.** O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2. No prazo de até **10 dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório



Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

**15.4.** No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**15.5.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

**15.6.** O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos **serviços prestados pela empresa**, e comunicará **formalmente** a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor **a ser pago de acordo as especificações emitidas na Ordem de serviço (OS) e de acordo com a avaliação do gestor da Ata sobre o serviço prestado que também será emitido formalmente seu parecer, mediante canal institucional**.

**15.7.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 16. DO PAGAMENTO

**16.1.** O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser





efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.2.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

**16.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**16.4.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. o prazo de validade;

16.4.2. a data da emissão;

16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. o período de prestação dos serviços;

16.4.5. o valor a pagar; e

16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**16.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

**16.6.** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. não produziu os resultados acordados;

16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**16.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**16.8.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**16.9.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**16.10.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem



como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**16.11.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**16.12.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**16.13.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**16.14.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

**16.15.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

**16.16.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## 18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, devido à natureza do objeto a ser contratado, haja vista as particularidades do serviço.



## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.1.6. não manter a proposta.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. **Multa, a ser aplicada conforme o caso, de acordo com a tabela abaixo:**

OCORRÊNCIA	PENALIDADES QUE PODERÃO SER APLICADOS
Executar os serviços fora do prazo estabelecido.	<ol style="list-style-type: none"><li>0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;</li><li>0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;</li><li>0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;</li><li>0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das <b>tabelas 1 e 2</b>, abaixo; e</li><li>0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;</li></ol>
Comportar-se de modo inidôneo.	<ol style="list-style-type: none"><li>Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos.</li><li>Multa de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual.</li></ol>



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO ARÁ**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**



Fizer declaração falsa.	1. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 2. Multa de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual.
Apresentar documentação falsa.	1. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. 2. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do instrumento contratual. 3. Comunicar ao Ministério Público Federal.
Cometer fraude fiscal.	1. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. 2. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do instrumento contratual. 3. Comunicar ao Ministério Público Federal.
Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital do presente pregão eletrônico, em que não se comine outra penalidade.	1. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do instrumento contratual, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
Inexecução total.	1. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do instrumento contratual.
Inexecução parcial do objeto.	1. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 1 (ano) ano. 2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.

**19.2.3.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**19.2.4.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**19.2.5.** Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.2.5.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

**19.2.6.** Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

**19.2.7.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**19.3.** As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.



- 19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a	03





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO ARÁ**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**



	anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**19.5.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**19.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**19.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



- 19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 19.7.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

- 20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 20.3.1.** Apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, descrevendo a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta futura contratação.
- 20.3.2.** Comprovação de profissional no quadro funcional da empresa através da apresentação de diploma de graduação com habilitação no idioma estrangeiro, certificado de proficiência com reconhecimento internacional.
- 20.3.2.1. Caso o tradutor seja juramentado, apresentar documento que comprove a nomeação e matrícula na Junta Comercial do estado onde tem residência, com habilitação para o idioma português e um ou mais idiomas estrangeiros.
- 20.3.2.2. A empresa poderá apresentar declaração de futura contratação do profissional habilitado e a comprovação no quadro funcional da empresa deverá ocorrer antes da assinatura da Ata.



20.3.2.3. A empresa deverá apresentar a comprovação do profissional habilitado correspondente à língua do grupo em que estiver participando.

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.4.1. Valor Global é R\$ 1.332.428,60 (um milhão, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte e oito reais e sessenta centavos).

20.4.1.1. Valor Global Grupo 1: R\$ 118.644,87 (cento e dezoito mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e sete centavos).

20.4.1.2. Valor Global Grupo 2: R\$ 53.895,74 (cinquenta e três mil, oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos).

20.4.1.3. Valor Global Grupo 3: R\$ 60.447,95 (sessenta mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos)

20.4.1.4. Valor Global Grupo 4: R\$ 229.031,60 (duzentos e vinte e nove mil, trinta e um reais e sessenta centavos).

20.4.1.5. Valor Global Grupo 5: R\$ 86.343,60 (oitenta e seis mil, trezentos e quarenta e três reais e sessenta centavos).

20.4.1.6. Valor Global Grupo 6: R\$ 255.483,30 (duzentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três reais e trinta centavos).

20.4.1.7. Valor Global Grupo 7: R\$ 43.943,00 (quarenta e três mil e novecentos e quarenta e três reais)

20.4.1.8. Valor Global Grupo 8: R\$ 10.872,95 (dez mil, oitocentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos).

20.4.1.9. Valor Global Grupo 9: R\$ 5.380,00 (cinco mil, trezentos e oitenta reais).

20.4.1.10. Valor Global Grupo 10: R\$ 17.539,35 (dezessete mil, quinhentos e trinta e nove reais e trinta e cinco centavos).

20.4.1.11. Valor Global Grupo 11: R\$ 3.338,00 (três mil, trezentos e trinta e oito reais).

20.4.1.12. Valor Global Grupo 12: R\$ 1.841,50 (um mil, oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos).

20.4.1.13. Valor Global Grupo 13: R\$ 2.063,52 (dois mil, sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

20.4.1.14. Valor Global Grupo 14: R\$ 5.050,76 (cinco mil, cinquenta reais e setenta e seis centavos).

20.4.1.15. Valor Global do item 35: R\$ 2.235,60 (dois mil e duzentos trinta e cinco reais e sessenta centavos).

20.4.1.16. Valor Global do item 36: R\$ 412.868,07 (quatrocentos e doze mil e oitocentos e sessenta e oito reais e sete centavos).

20.4.1.17. Valor Global do item 37: R\$ 2.907,78 (dois mil e novecentos e sete reais e setenta e oito reais)

20.4.1.18. Valor Global do item 38: R\$ 6.191,57 (seis mil e cento e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos)

20.4.1.19. Valor Global do item 74: R\$ 14.349,44 (quatorze mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).



20.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços disposta no anexo I deste documento.

20.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

21.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo dos grupos e item.

21.1. O valor foi obtido a partir de ampla pesquisa de mercado nos termos da Instrução Normativa nº 05. de 2014.

## 22. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

22.1. A execução dos serviços será iniciada a partir do momento em que há divulgação de edital interno da Unifesspa para seleção de trabalhos acadêmicos, culminando com a submissão dos interessados pelos serviços, objeto deste Termo de Referência, na forma que segue:

22.1.1. Haverá a emissão de Ordem de Serviço acerca da especificação do item, respeitando os prazos já mencionados nesse Termo de Referência.

## 23. OUTRAS DEFINIÇÕES

23.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

23.1.1. A presente contratação se dará por Pregão Eletrônico, do tipo Sistema de Registro de Preço – SRP, pois o objeto enquadra-se no disposto artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013.

23.1.2. Devido à natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, havendo a necessidade de contratações frequentes.

23.1.3. Foi constatado a utilização do Sistema de Registro de preço devido a demanda e quantidades apresentadas representar características permitidas por esta modalidade afim de atender, parceladamente, as demandas oriundas da agenda de contratações da Unifesspa de acordo com o calendário de compras e contratações da Unifesspa.

ANEXO I - TABELA DE ITENS E DESCRIÇÕES						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE	QUANT.	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
GRUPO 01						
1	<b>BLOCO DE ANOTAÇÕES COM 25 FOLHAS – PEQUENO</b>	18422	UNIDADE	1270	R\$ 4,99	R\$ 6.337,30
	CONFECÇÃO DE BLOCO DE ANOTAÇÕES PERSONALIZADO COM 25 FOLHAS CADA, NAS DIMENSÕES: 10,7CM X 13,9CM. FOLHAS INTERNAS: EM PAPEL SULFITE 75G, BLOCO TIPO FORMULÁRIO IMPRESSÃO APENAS FRENTE, P/B. CAPA: COLOR, PAPEL COUCHÊ BRILHO 115G, PERSONALIZADA COM A LOGOMARCA DO EVENTO. ACABAMENTO POR BLOCAGEM. ARTE E LAYOUT A DEFINIR PELO CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO 20 UNIDADES					
2	<b>BLOCO DE ANOTAÇÕES COM 25 FOLHAS - GRANDE, TIPO RECICLADO</b>	18422	UNIDADE	2040	R\$ 8,32	R\$ 16.972,80
	CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTAS PERSONALIZADO COM COM 25 FOLHAS CADA, NAS DIMENSÕES 15X22CM (LXA). AS FOLHAS INTERNAS SERÁ EM PAPEL RECICLADO 75G COM LOGOTIPO DO EVENTO OU DA INSTITUIÇÃO APLICADO EM MARCA D'ÁGUA NO CENTRO DAS PÁGINAS, 1X0 CORES. A CAPA SERÁ EM PAPEL RECICLADO 120G/M² COM LOGOTIPO DO EVENTO OU DA INSTITUIÇÃO APLICADO NA CAPA, 4X0 CORES. ACABAMENTO POR BLOCAGEM. CONFORME MODELO APRESENTADO PELA CONTRATANTE. ARTE E LAYOUT A DEFINIR PELO CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO 20 UNIDADES					
3	<b>BLOCO DE ANOTAÇÕES COM 50 FOLHAS – PEQUENO</b>	18422	UNIDADE	1300	R\$ 4,76	R\$ 6.188,00
	CONFECÇÃO DE BLOCO DE ANOTAÇÕES PERSONALIZADO COM 50 FOLHAS CADA, NAS DIMENSÕES: 10,7CM X 13,9CM. FOLHAS INTERNAS: EM PAPEL SULFITE 75G, BLOCO TIPO FORMULÁRIO IMPRESSÃO APENAS FRENTE, P/B. CAPA: COLOR, PAPEL COUCHÊ BRILHO 115G, PERSONALIZADA COM A LOGOMARCA DO EVENTO. ACABAMENTO POR BLOCAGEM. ARTE E LAYOUT A DEFINIR PELO CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO 20 UNIDADES					
4	<b>BLOCO DE ANOTAÇÕES COM 50 FOLHAS –MÉDIO</b>	18422	UNIDADE	1070	R\$ 7,91	R\$ 8.463,70
	CONFECÇÃO DE BLOCO DE ANOTAÇÕES PERSONALIZADO COM 50 FOLHAS CADA, NAS DIMENSÕES: 14,8X21CM, FOLHAS INTERNAS: EM PAPEL OFF-SET DE 90G, COLORIDO. CAPA: COLOR, PAPEL COUCHÊ BRILHO, 115G, PERSONALIZADA COM A LOGOMARCA DO EVENTO. ACABAMENTO POR BLOCAGEM. ARTE E LAYOUT A DEFINIR PELO CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO 20 UNIDADES					
5	<b>BLOCO DE ANOTAÇÕES COM 50 FOLHAS – GRANDE</b>	18422	UNIDADE	150	R\$ 7,50	R\$ 1.125,00
	CONFECÇÃO DE BLOCO DE ANOTAÇÃO PERSONALIZADO, COM 50 FOLHAS CADA. CAPA NO FORMATO ABERTO 15,0CM X 42,0CM E FORMATO FECHADO 15,0CM X 21,0CM; 50X1 VIAS; CAPA DE BLOCO EM PAPEL CARTÃO DUO-DESIGN 300 GRS.; IMPRESSÃO 4X0 CORES, LAMINADO BOPP FOSCO FRENTE E VERNIZ UV COM RESERVA 60%. FOLHAS INTERNAS EM PAPEL OFFSET 90G, 4X0 CORES. ACABAMENTO: GRAMPEADO, MICRO SERRILHA, REFILADO, BROCHURA COLADO A QUENTE. COM MARCA D'ÁGUA. ARTE E LAYOUT A DEFINIR PELO CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO 20 UNIDADES					
	<b>CONFECÇÃO DE AGENDA PERMANENTE:</b>					



6	CONFEÇÃO DE AGENDA PERMANENTE PERSONALIZADA, FORMATO 15CM X 22CM (LXA).CAPA PERSONALIZADA EM PAPEL COUCHÊ 300G/.IMPRESSÃO 4X0. ACABAMENTO EM ESPIRAL. FOLHAS PERSONALIZADAS: 1 DIVISÓRIA PARA CADA MÊS, 4X4 CORES; PAPEL COUCHE 150G; PERSONALIZADAS COM O LOGOTIPO, FOTOS E INFORMAÇÕES DA CONTRATANTE. COM ATÉ 10 FOLHAS DE INTRODUÇÃO COM INFORMAÇÕES DA CONTRATANTE, 1X1 CORES. MIOLO PADRÃO COM 2 DIAS POR FOLHA (UM DIA NA FRENTE E OUTRO DIA NO VERSO DA FOLHA); 1X1 CORES. GRAMATURA DO MIOLO 75G. NÃO INFORMAR O ANO, FAZER A AGENDA NOS MOLDES DE UMA AGENDA PERMANENTE SEM INFORMAÇÃO DO ANO PARA QUE POSSA SER UTILIZADA POR MAIS DE UM ANO. COM DIAGRAMAÇÃO/CRIAÇÃO E EDITORAÇÃO EM FORMATO DE AGENDA INCLUSA NO SERVIÇO. SEM LIMITE DE MATRIZES. PEDIDO MINIMO 100 UNIDADES.	18422	UNIDADE	2927	R\$ 26,51	R\$ 77.594,77
7	<b>FOLHAS DE DESPACHO EM BLOCO</b>  IMPRESSÃO DE FOLHAS DE DESPACHO DE PROCESSO, EM PAPEL APERGAMINHADO, TIPO PAPEL OFF-SET, COMPRIMENTO 297, LARGURA 210, GRAMATURA 75, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BRASÃO DA REPÚBLICA E IMPRESSÃO DO NOME: UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ, COM ACABAMENTO BLOCAMENTO COM 100 FOLHAS CADA. PEDIDO MINIMO 10 UNIDADES.	18422	UNIDADE (BLOCO)	290	R\$ 6,77	R\$ 1.963,30
<b>TOTAL DO GRUPO 01</b>						<b>R\$ 118.644,87</b>
<b>GRUPO 02</b>						
8	<b>CONFEÇÃO DE CARTILHA ENCADERNADA</b>  CONFEÇÃO DE CARTILHA PERSONALIZADA COM ATÉ 16 PÁGINAS CADA EM PAPEL COUCHÊ FOSCO, MIOLO 120G, MEDINDO 15X21. CAPA EM PAPEL COUCHE FOSCO DE 150GR EM FSC 4X4. ACABAMENTO EM ENCADERNAÇÃO. ARTE SERÁ DISPONIBILIZADA PELO CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO 10 UNIDADES	18422	UNIDADE	1180	R\$ 7,78	R\$ 9.180,40
9	<b>CONFEÇÃO DE FOLDER EM COUCHÊ (BRILHO/FOSCO) - A4, COLORIDO (03 DOBRAS)</b>  CONFEÇÃO DE FOLDER, TAMANHO A4, MATERIAL: EM PAPEL COUCHÊ BRILHO OU FOSCO 150 G/M². ACABAMENTO : COM 03 (TRÊS) DOBRAS PARALELAS. IMPRESSÃO: COLORIDO (4X4 CORES), IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. COM ARTE DISPONIBILIZADA PELO REQUERENTE. LOTE COM 100 EXEMPLARES.	18422	LOTE	287	R\$ 44,75	R\$ 12.843,25
10	<b>CONFEÇÃO DE FOLDER EM COUCHÊ (BRILHO/FOSCO) - TAM A3. COLORIDO (03 DOBRAS)</b>  CONFEÇÃO DE FOLDER, TAMANHO A3, COM 03 DOBRAS, COLORIDO (4X4 CORES), PAPEL COUCHÊ BRILHOSO OU FOSCO 115 G, MODELO FORNECIDO PELO REQUERENTE, LOTE COM 100 EXEMPLARES POR MODELO, ENTREGA CONFORME A DEMANDA.	18422	LOTE	62	R\$ 80,00	R\$ 4.960,00
11	<b>CONFEÇÃO DE FOLDER EM COUCHÊ (BRILHO/FOSCO) - A4, COLORIDO (02 DOBRAS)</b>  CONFEÇÃO FOLDER, TAMANHO A4, MATERIAL: EM PAPEL COUCHÊ BRILHO OU FOSCO 120G. ACABAMENTO: 02 (DUAS) DOBRAS. IMPRESSÃO : COLORIDO (4X4 CORES), IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. COM ARTE DISPONIBILIZADA PELO REQUERENTE. PEDIDO MINIMO 30 UNIDADES	18422	UNIDADE	30235	R\$ 0,60	R\$ 18.141,00
	<b>CONFEÇÃO DE FOLDER EM COUCHÊ MATTE. TAM 30X21CM - COLORIDO (02 DOBRAS)</b>					

12	CONFEÇÃO DE FOLDER. FORMATO: ABERTO: 30 X 21 CM – FECHADO: 12 X 21 CM; IMPRESSÃO: 2/2 C (PANTONE) ; PAPEL: COUCHÉ MATTE 115 G; ACABAMENTO: DUAS DOBRAS PARA DENTRO. PRÉ - IMPRESSÃO: PROVA BEST COLOR E CTP. LOTE COM 50 UNIDADES.	18422	LOTE	4	R\$	10,77	R\$	43,08
13	<b>CONFEÇÃO DE FOLDER EM COUCHÉ MATTE. TAM. 46X30CM - COLORIDO (04 DOBRAS)</b>	18422	UNIDADE	1300	R\$	1,11	R\$	1.443,00
	CONFEÇÃO DE FOLDER. MATERIAL: EM PAPEL COUCHÉ MATTE 145 G/M². ACABAMENTO : QUATRO DOBRAS. DIMENSOES :FORMATO: 46 X 30 CM. IMPRESSÃO: (4X4 CORES); PRÉ-IMPRESSÃO: PROVA BEST COLOR E CTP. PEDIDO MINIMO 30 UNIDADES							
14	<b>CONFEÇÃO DE FOLDER EM SULFITE - COLORIDO (03 DOBRAS)</b>	18422	LOTE	30	R\$	58,00	R\$	1.740,00
	CONFEÇÃO DE FOLDER, TAMANHO A4, COM 03 DOBRAS, COLORIDO (4X4 CORES), PAPEL SULFITE 75 G, MODELO FORNECIDO PELO REQUERENTE, LOTE COM 100 EXEMPLARES POR MODELO, ENTREGA CONFORME A DEMANDA							
15	<b>CONFEÇÃO DE FOLDER EM SULFITE - P/B (03 DOBRAS)</b>	18422	LOTE	10	R\$	35,30	R\$	353,00
	CONFEÇÃO DE FOLDER, TAMANHO A4, COM 03 DOBRAS, MONOCROMÁTICO (P/B), FRENTE E VERSO, PAPEL SULFITE 75G , MODELO FORNECIDO PELO REQUERENTE. LOTE COM 100 EXEMPLARES POR MODELO, ENTREGA CONFORME A DEMANDA.							
16	<b>CONFEÇÃO DE FOLDER EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO)- OFICIO, COLORIDO (03 DOBRAS)</b>	18422	UNIDADE	800	R\$	1,03	R\$	824,00
	CONFEÇÃO FOLDER, TAMANHO OFICIO, MATERIAL: EM PAPEL COUCHÉ BRILHO OU FOSCO 120G. ACABAMENTO: 03 (TRÊS) DOBRAS. IMPRESSÃO : COLORIDO (4X4 CORES), IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. COM ARTE DISPONIBILIZADA PELO REQUERENTE. PEDIDO MINIMO 30 UNIDADES.							
17	<b>CONFEÇÃO DE FOLDER EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO) - P/B (03 DOBRAS)</b>	18422	LOTE	8	R\$	130,00	R\$	1.040,00
	CONFEÇÃO DE FOLDER, TAMANHO A4, COM 03 DOBRAS, MONOCROMÁTICO (P/B), FRENTE E VERSO, PAPEL COUCHÉ FOSCO OU BRILHOSO 115 G, LOTE COM 100 EXEMPLARES POR MODELO, ENTREGA CONFORME A DEMANDA. COM ARTE DISPONIBILIZADA PELO REQUERENTE.							
18	<b>CONFEÇÃO DE PANFLETO EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO) - TAM. 15X21 CM. COLORIDO. 1 FACE. COM ARTE</b>	18422	LOTE	2	R\$	26,20	R\$	52,40
	PANFLETO EM PAPEL COUCHE BRILHO OU FOSCO, 90G. FORMATO: 15CM DE LARGURA POR 21CM DE ALTURA, IMPRESSÃO COLORIDA (4X4CORES). FRENTE, COM ARTE DISPONIBILIZADA PELO REQUERENTE. PEDIDO EM LOTE COM 100 (CEM) UNIDADES							
19	<b>CONFEÇÃO DE PANFLETO EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO) - TAM. 15X21 CM. COLORIDO. 2 FACES</b>	18422	LOTE	183	R\$	17,67	R\$	3.233,61
	PANFLETO EM PAPEL/GRAMATURA: COUCHÉ BRILHO OU FOSCO 115G/M²; FORMATO: 15X21CM; COLORIDO (4X4CORES) - IMPRESSÃO COLORIDA NAS DUAS FACES EM POLICROMIA; ACABAMENTO: REFILE; SEM LIMITE DE MATRIZES. ARTE A SER FORNECIDA PELO CONTRATANTE. PEDIDO EM LOTE COM 100 (CEM) UNIDADES							
	<b>CONFEÇÃO DE FLYER EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO) - TAM. 10X21 CM. COLORIDO. 1 FACE</b>							

20	PANFLETO/FLYER 2 PAPEL/GRAMATURA: COUCHÉ BRILHO/LISO 115G/M; FORMATO: 10X21CM; 4X4CORES; ACABAMENTO: REFILE; SEM LIMITE DE MATRIZES. PEDIDO MÍNIMO: 200 UNIDADES. ACONDICIONAMENTO: PACOTES COM 200 UNIDADES.	18422	LOTE	1	R\$ 42,00	R\$ 42,00
TOTAL DO GRUPO 02						R\$ 53.895,74
GRUPO 03						
21	<b>CONFECÇÃO DE BANNER EM LONA</b> CONFECÇÃO DE BANNER. MATERIAL: LONA 440 GRS BRILHO IMPRESSÃO 1440 DPI, DIGITAL COLORIDA COM QUALIDADE FOTOGRÁFICA EM APENAS UM LADO (4X0 CORES). CORDÃO DE NYLON E BASTÃO DE MADEIRA NA PARTE SUPERIOR E NA PARTE INFERIOR COM TAMPA DE PROTEÇÃO PLÁSTICA NAS BORDAS. O CONTEÚDO DO TEXTO E TAMANHO A SER DEFINIDO PELO REQUISITANTE. PEDIDO MINIMO 01 M²	18422	M²	1257	R\$ 24,94	R\$ 31.349,58
22	<b>CONFECÇÃO DE FAIXA</b> FAIXA EM LONA VINÍLICA FRONT LIGHT BRILHO; IMPRESSÃO: DIGITAL COLORIDA 4x0 ACABAMENTO: 4 PONTOS DE ILHÓS, 1 EM CADA EXTREMIDADE, BASTÃO DE MADEIRA NOS DOIS LADOS PARA AUXILIAR NA FIXAÇÃO, ACOMPANHANDO 2 METROS DE CORDÃO DE NYLON CORDÕES DE NYLON EM METRAGEM COMPATÍVEL E NECESSÁRIOS A CORRETA FIXAÇÃO. ARTE A SER ENVIADA PELO REQUISITANTE. PEDIDO MINIMO 01 m²	17906	M²	1073	R\$ 24,87	R\$ 26.685,51
23	<b>VEICULAÇÃO E CONFECÇÃO DE OUTDOOR</b> CONFECÇÃO DE OUTDOOR, MATERIAL : PAPEL OFF-SET 90G. DIMENSÃO : LARGURA 9MX3M, DIAGRAMAÇÃO, EDITORAÇÃO E LAYOUT POR PARTE DA CONTRATADA, CONFORME SOLICITADO. O SERVIÇO CONTEMPLA TAMBÉM A LOCAÇÃO DO ESPAÇO E ESTE DEVERÁ SER, PREFERENCIALMENTE, PRÓXIMO AOS CAMPI DA UNIFESSPA EM MARABÁ/PA. PERÍODO DA VEICULAÇÃO: 30 DIAS. TODOS OS ITENS DEVERÃO SER APRESENTADOS OBRIGATORIAMENTE DE PROVAS UNITÁRIAS PARA APROVAÇÃO DO CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO: UMA UNIDADE	14591	UNIDADE	2	R\$ 584,98	R\$ 1.169,96
24	<b>CONFECÇÃO DE ETIQUETA ADESIVA EM VINIL COLORIDA</b> EM MATERIAL ADESIVO VINIL COM IMPRESSÃO DIGITAL POLICROMÁTICA 4X0. PODENDO SER COLADO EM QUALQUER SUPERFÍCIE (LISA E DESENGORDURADA), OS TAMANHOS DAS ETIQUETAS A SERREM DEFINIDOS PELO DEMANDANTE. ARTE A SER ENVIADA PELO REQUISITANTE.	18422	M²	15	R\$ 82,86	R\$ 1.242,90
TOTAL GRUPO 03						R\$ 60.447,95
GRUPO 04						
25	<b>CONFECÇÃO DE CARTAZ EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO) - TAM. A1 COLORIDO</b> MATERIAL: PAPEL COUCHÉ FOSCO /BRILHO 150G. IMPRESSÃO: CORES: 4X0. DIMENSÃO: A1. LOTE COM 50 EXEMPLARES POR MODELO. ARTE A SER ENVIADA PELO REQUISITANTE.	4367	LOTE	18	R\$ 142,28	R\$ 2.561,04
26	<b>CONFECÇÃO DE CARTAZ EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO) - TAM. A2 COLORIDO</b> MATERIAL: PAPEL COUCHÉ FOSCO/BRILHO 150G. IMPRESSÃO: CORES: 4X0. DIMENSÃO: A2. LOTE COM 50 EXEMPLARES POR MODELO. ARTE A SER ENVIADA PELO REQUISITANTE.	4367	LOTE	49	R\$ 152,00	R\$ 7.448,00
	<b>CONFECÇÃO DE CARTAZ EM COUCHÉ (BRILHO/FOSCO) - TAM. A3 - P/B</b>					

27	MATERIAL: PAPEL COUCHÊ FOSCO /BRILHO 150G. IMPRESSÃO: CORES: 4X0. DIMENSÃO: A3. LOTE COM 50 EXEMPLARES POR MODELO . ARTE A SER ENVIADA PELO REQUISITANTE.	4367	LOTE	20	R\$ 58,79	R\$ 1.175,80
28	<b>CONFECÇÃO DE CARTAZ EM COUCHÊ (BRILHO/FOSCO) - TAM. A3 COLORIDO</b> MATERIAL: PAPEL COUCHÊ FOSCO /BRILHO 150G. IMPRESSÃO: CORES: 4X0. DIMENSÃO: A3. LOTE COM 50 EXEMPLARES POR MODELO . ARTE A SER ENVIADA PELO REQUISITANTE.	4367	LOTE	190	R\$ 40,50	R\$ 7.695,00
29	<b>CONFECÇÃO DE CARTAZ EM COUCHÊ (BRILHO/FOSCO) - TAM. A3 COLORIDO COM ARTE</b> MATERIAL : PAPEL COUCHÊ FOSCO/BRILHO 150G. IMPRESSÃO: CORES: 4X0. O SERVIÇO INCLUI A CRIAÇÃO DA ARTE PELA EMPRESA. DIMENSÃO: A3. PEDIDO MINIMO 20 UNIDADES	4367	UNIDADE	240	R\$ 3,16	R\$ 758,40
30	<b>CONFECÇÃO DE CARTAZ PAPEL ADESIVO (BRILHO/FOSCO) - TAM. A2 COLORIDO</b> MATERIAL: PAPEL ADESIVO FOSCO/BRILHO COM NO MÍNIMO 150G/M². IMPRESSÃO: CORES: 4X0. A ARTE SERÁ ENVIADA PELO REQUISITANTE. DIMENSÃO: A2 COLORIDO. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE	4367	UNIDADE	2	R\$ 10,11	R\$ 20,22
31	<b>CONFECÇÃO DE CARTAZ PAPEL ADESIVO (BRILHO/FOSCO) - TAM. A2 COLORIDO COM ARTE</b> MATERIAL : PAPEL ADESIVO FOSCO/BRILHO COM NO MÍNIMO 190G/M². IMPRESSÃO: CORES: 4X0. INCLUSÃO DA CRIAÇÃO DE ARTE PELA EMPRESA. DIMENSÃO: A2. LOTE COM 50 EXEMPLARES POR MODELO	4367	LOTE	20	R\$ 463,50	R\$ 9.270,00
32	<b>CONFECÇÃO DE CARTAZ PAPEL ADESIVO (BRILHO/FOSCO) - TAM. A3 COLORIDO</b> MATERIAL: PAPEL ADESIVO FOSCO/BRILHO COM NO MÍNIMO 150G/M². IMPRESSÃO: CORES: 4X0. A ARTE SERÁ ENVIADA PELO REQUISITANTE. DIMENSÃO: A3 - COLORIDO. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE	4367	UNIDADE	10	R\$ 8,24	R\$ 82,40
33	<b>CONFECÇÃO DE ADESIVO TIPO BOTON</b> CONFECÇÃO DE ADESIVO TIPO BOTON: CIRCULAR, 5CM DE DIÂMETRO, PARA VÁRIOS TIPOS DE SUPERFÍCIES (COMO ROUPAS, PAPÉIS E PAREDES), IMPRESSÃO DIGITAL POLICROMÁTICA, 4X0, EM PAPEL AUTOADESIVO BRILHANTE. LOTE COM 500 UNIDADES. ARTE E LAYOUT A DEFINIR PELO CONTRATANTE.	18724	LOTE	2002	R\$ 99,87	R\$ 199.939,74
34	<b>CONFECÇÃO DE ETIQUETA ADESIVA EM PAPEL COUCHÊ - A4 P/B</b> MATERIAL : PAPEL COUCHÊ (FOSCO/BRILHOSO) ADESIVO, COM IMPRESSÃO MONOGROMÁTICA 1X0. CADA ETIQUETA DEVERÁ TER O TAMANHO 140 MM X 210 MM (DUAS ETIQUETAS POR FOLHA). A ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO 1 UNIDADE.	18422	UNIDADE	150	R\$ 0,54	R\$ 81,00
<b>TOTAL GRUPO 04</b>						<b>R\$ 229.031,60</b>
35	<b>CONFECÇÃO DE BOLSA EM LONA CRUA</b> CONFECÇÃO DE BOLSA TIRACOLO, EM LONA CRUA LF 108, TINGIDA (4X4 CORES), MEDINDO 30 X 33 X 13CM (FOLE E FUNDO), ACABAMENTO COM ALÇA EM CADAÇO DE ALGODÃO, MEDINDO 2,5 X 60CM, BOLSO INTERNO E FECHAMENTO COM VELCRO. LOTE COM 100 UNIDADES.	22551	LOTE	4	R\$ 558,90	R\$ 2.235,60
	<b>CONFECÇÃO DE BOLSA TIPO ECOBAG EM ALGODÃO</b>					

36	CONFEÇÃO DE BOLSA TIRACOLO, TIPO ECOBAG, EM ALGODÃO, COR A DEFINIR, TAMANHO 35CMX40CM (LXA), COM ALÇA LONGA REGULÁVEL DE 1,6M, FECHAMENTO COM VELCRO DE 8CM, TEOR DA MALHA MÉDIO, COM VISOR EXTERNO EM PLÁSTICO CRISTAL MEDINDO 21CMX10CM (LXA), PARA COLOCAR UM PAPEL COM A IDENTIDADE VISUAL DO EVENTO. LOTE COM 100 UNIDADES.	22551	LOTE	783	R\$ 527,29	R\$ 412.868,07
37	<b>CONFEÇÃO DE BOLSA TIPO SACOLA (MOCHILA) ESPORTIVA - EM LONA</b> SACOLA CONFECCIONADA EM LONA, ALÇAS EM NYLON E ACABAMENTO INTERNO EM OVERLOQUE. COR A DEFINIR, COM LOGOTIPO DO EVENTO COLORIDO ESTAMPADO EM 4X4 CORES ATRAVÉS TRANSFER SUBLIMÁTICO (TAMANHO MÁXIMO DA PERSONALIZAÇÃO: 28CM X 20CM ). ARTE SERÁ REPASSADA PELA CONTRATANTE. LOTE COM 100 UNIDADES.	22551	LOTE	3	R\$ 969,26	R\$ 2.907,78
38	<b>CONFEÇÃO DE BOLSA TIRACOLO EM POLIESTER</b> CONFEÇÃO DE BOLSA TIRACOLO EM TECIDO 100% POLIÉSTER 600 FIOS, PLASTIFICADO COM REVESTIMENTO EM POLICLORETO DE VINILA COM TEXTURA MACIA E COSTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, COR A DEFINIR, MEDINDO 280X350X80 MM (ÁREA ÚTIL), COM DUAS ALÇAS A TIRACOLO DE 60 CM CADA, E EM FITA DE POLIPROPILENO DE 30 MM, COM ACABAMENTO EM VIÉS CINZA DE 22 MM. POSSUI NO VERSO UM BOLSO COM TAMANHO 110X220 MM EM PLÁSTICO TRANSPARENTE GRAMATURA 30, COM ABERTURA PARA CIMA. COM LOGOTIPO DO EVENTO COLORIDO ESTAMPADO E IMPRESSÃO EM TRANSFER SUBLIMÁTICO 04 CORES NA PARTE FRONTAL. ARTE E LAYOUT A DEFINIR PELO CONTRATANTE. LOTE COM 50 UNIDADES.	22551	LOTE	7	R\$ 884,51	R\$ 6.191,57
GRUPO 05						
39	<b>CONFEÇÃO DE CAMISAS EM ALGODÃO (FRENTE E VERSO)</b> CONFEÇÃO DE CAMISA EM TECIDO 100% ALGODÃO, MALHA 30.1, COM MÍNIMO DE 140G/M2. MANGA CURTA. COR : BRANCA. IMPRESSÃO EM POLICROMIA EM 4 CORES (FRENTE E VERSO). A ARTE EM ALUSÃO AO EVENTO SERÁ ENCAMINHADA PELO REQUISITANTE. TAMANHOS CONFORME DEMANDA (P,M,G,GG E BABY LOOK). A GOLA E MANGAS PODEM SER DE CORES DISTINTAS DE BRANCO. PEDIDO MINIMO 50 UNIDADES.	10030	UNIDADE	5540	R\$ 14,34	R\$ 79.443,60
40	<b>CONFEÇÃO DE CAMISAS EM MALHA COM GOLA POLO (FRENTE E VERSO)</b> CONFEÇÃO DE CAMISA EM MALHA FIO 30.1 CARDADA COM GOLA POLO, MANGA CURTA. COR: BRANCA. IMPRESSÃO EM POLICROMIA EM 4 CORES (FRENTE E VERSO). A ARTE EM ALUSÃO AO EVENTO E SERÁ ENCAMINHADA PELO REQUISITANTE. TAMANHOS CONFORME DEMANDA (P,M,G,GG E BABY LOOK). A GOLA E MANGAS PODEM SER DE CORES DISTINTAS DE BRANCO. PEDIDO MINIMO 50 UNIDADES.	10030	UNIDADE	300	R\$ 23,00	R\$ 6.900,00
TOTAL GRUPO 05						R\$ 86.343,60
GRUPO 06						
43	<b>CONFEÇÃO DE PASTA PERSONALIZADA COM BOLSO PARA EVENTO EM TRIPLEX</b> PASTA COM BOLSO INTERNO, FORMATO FECHADO: 22 X 31 CM, EM PAPEL TRÍPLEX 300G, -CORES: 4 X 0, ACABAMENTO: COM CORTE RETO, VINCO, DOBRA, LAMINAÇÃO BOPP BRILHO LOCALIZADO. LOTE COM 100 UNIDADES. ARTE A SER ENCAMINHADA PELO CONTRATANTE.	18422	LOTE	582	R\$ 435,40	R\$ 253.402,80



44	CONFECÇÃO DE CALENDARIO DE MESA	18724	UNIDADE	200	R\$	5,89	R\$	1.178,00
	BASE: 17,5 CM X 21 CM, CARTÃO 1,3 MM, REVESTIDO EM COUCHÉ 150G E FORRO EM OFF-SET 150G. LÂMINAS: 14,5 CM X 21 CM, 14 LÂMINAS EM COUCHÉ FOSCO 170G; 4 /4 CORES ACABAMENTO COM WIRE-O (DUPLO ANEL). COM FOTOGRAFIAS DA INSTITUIÇÃO E LOGOTIPO DA INSTITUIÇÃO OU DO EVENTO DE ACORDO COM MODELO A SER ENVIADO PELA CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES. PEDIDO MINIMO 20 UNIDADES							
45	CONFECÇÃO DE CINTA ELÁSTICA CONFECÇÃO DE CINTA ELASTICA PARA ENVOLVER VOLUMES DE PROCESSOS MEDINDO 5 (CINCO) CM DE LARGURA, POR 50 (CINQUENTA) CM DE DIÂMETRO DE CIRCUNFERÊNCIA, NA COR PRETA, IMPRESSÃO: (LOGOMARCA DO BRASÃO DA REPUBLICA E OS DIZERES UNIFESSPA, NA COR BRANCA IMPRESSA DUAS VEZES AO LONGO DO ELÁSTICO EM CAIXA ALTA, COM ALTURA DA LETRA DE APROXIMADAMENTE 3 CM,MATERIAL POLIÉSTER CONFECCIONADA EM ELÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, COM ACABAMENTO LATERAL QUE EVITE DESFIAMENTO,COMPOSTO DE 75% POLIÉSTER E 25% ELASTODIENO. LOTE COM 100 UNIDADES.	21920	LOTE	5	R\$	180,50	R\$	902,50
TOTAL DO GRUPO 06							R\$	255.483,30
GRUPO 07								
41	CONFECÇÃO DE CANETA PERSONALIZADA CONFECÇÃO DE CANETA ESFEROGRÁFICA PERSONALIZADA, TIPO ECOLÓGICA, COM ACIONADOR PLÁSTICO RETRÁTIL, PONTEIRA EM PLÁSTICO, CORPO 100% EM MATERIAL RECICLADO, CARGA NA COR AZUL DE LONGA DURAÇÃO, ESCRITA GROSSA, COM RESPIRADOR E CLIP PARA FIXAÇÃO NO BOLSO, DIMENSÕES: ENTRE 14CM E 14,6CM DE COMPRIMENTO E DIÂMETRO ENTRE 01CM E 1,3CM. IMPRESSÃO: SERIGRAFIA (SILKSCREEN), CORPO ATÉ 4 CORES. LOTE COM 100 UNIDADES. ARTE A SER ENVIADA PELA CONTRATANTE.	18422	LOTE	66	R\$	198,00	R\$	13.068,00
42	CONFECÇÃO DE PASTA ENVELOPE PERSONALIZADA PARA EVENTO EM PLÁSTICO CONFECÇÃO DE PASTA TIPO ZIP-ZAP EM PVC CRISTAL, COM ZÍPER DE PLÁSTICO, DIMENSÕES DE 23CMX31CM, COM GRAVAÇÃO EM SILK SCREEN 4X0, COM PORTA CARTÃO EXTERNO EM PLÁSTICO CRISTAL MEDINDO 21X07CM, LOTE COM 50 UNIDADES.	18422	LOTE	67	R\$	225,00	R\$	15.075,00
46	CONFECÇÃO DE SQUEEZE PERSONALIZADA CONFECÇÃO DE GARRAFA TIPO SQUEEZE, MATERIAL POLIETILENO, CAPACIDADE 300ML. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA ROSCÁVEL E VÁLVULA DE PVC CRISTAL ATÓXICO, COR A COMBINAR, PERSONALIZADA COM O LOGOTIPO DA INSTITUIÇÃO OU DO EVENTO, SERIGRAFIA EM ATÉ 4 CORES. ARTE A SER ENVIADA PELA CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO 20 UNIDADES	17353	UNIDADE	3950	R\$	4,00	R\$	15.800,00
TOTAL GRUPO 07							R\$	43.943,00
GRUPO 08								
	CONFECÇÃO DE CAPAS DE PROCESSOS							

47	CONFEÇÃO DE CAPAS DE PROCESSOS EM PAPEL TRIPLEX SIMILAR AO PAPEL SUPREMO; GRAMATURA: 250 G; REVESTIMENTO PLÁSTICO INTERNO; MEDIDA ABERTA: 33,00 X 52,0 CM, COM LOMBADA DE 5 CM - CONTENDO 03 DOBRAS, DISTANTES 2,5 CM UMA DA OUTRA; MEDIDA FECHADA: 33,0 X 24,0 CM; CORTE DE JANELA NA PARTE FRONTAL PARA VISUALIZAÇÃO DOS DADOS EM FOLHA DE ROSTO. MEDIDA: 16 X 6,5 CM. DISTANTE 6,0 CM DA MARGEM SUPERIOR E 4,0 DA MARGEM ESQUERDA. CANTOS ARREDONDA DOS DOIS FUROS CENTRALIZADOS NA PARTE FRONTAL E NA DOBRA PARA FIXAÇÃO DE DOCUMENTOS POR MEIO DE GRAMPO TRILHO PLÁSTICO EQUIDISTANTES DA MARGEM ESQUERDA 1,5 CM E DISTANTES ENTRE SI 7,5 CM; IMPRESSÃO CAPA: BRASÃO DA REPÚBLICA (CENTRALIZADO NO IMPRESSO, COM OS DIZERES E "MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ", FICANDO A PARTE SUPERIOR DO EMBLEMA A 2,0 CM DA MARGEM SUPERIOR CONFORME MODELO. LOTE COM 100 UNIDADES.	18422	LOTE	23	R\$ 85,75	R\$ 1.972,25
48	ENVELOPE PERSONALIZADO BRANCO - TIPO A3. P/B ENVELOPE TIPO SACO, PARDO, PAPEL KRAFT BRANCO, 80G, TAMANHO A3. ARTE A SER ENVIADA PELO CONTRATANTE. IMPRESSÃO EM PRETO DA LOGO. LOTE COM 100 UNIDADES.	18724	LOTE	15	R\$ 47,17	R\$ 707,55
49	ENVELOPE PERSONALIZADO BRANCO- TIPO A4. P/B ENVELOPE TIPO SACO, BRANCO, PAPEL OFFSET, 90G, TAMANHO A4. ARTE A SER ENVIADA PELO CONTRATANTE. IMPRESSÃO EM PRETO DA LOGO. LOTE COM 100 UNIDADES.	18724	LOTE	22	R\$ 35,90	R\$ 789,80
50	ENVELOPE PERSONALIZADO BRANCO - TIPO PEQUENO. P/B ENVELOPE TIPO SACO, BRANCO, PAPEL OFFSET, 90G, TAMANHO 185x248MM. ARTE A SER ENVIADA PELO CONTRATANTE. IMPRESSÃO EM PRETO DA LOGO. LOTE 100 UNIDADES.	18724	LOTE	13	R\$ 174,95	R\$ 2.274,35
51	ENVELOPE PERSONALIZADO EM PAPEL RECICLADO DE APARAS - TIPO A3. COLORIDO ENVELOPE TIPO SACO EM PAPEL RECICLADO DE APARAS DE PAPÉIS PRÉ E PÓS CONSUMO 110 G/M; TAMANHO A3; COR :4/0 COR (ABERTO) IMPRESSÃO DA LOGO. ARTE A SER ENVIADO PELO CONTRATANTE. LOTE COM 100 UNIDADES..	18724	LOTE	12	R\$ 278,00	R\$ 3.336,00
52	ENVELOPE PERSONALIZADO EM KRAFT - TIPO A4. P/B ENVELOPE TIPO SACO, PARDO, PAPEL KRAFT, 80G, TAMANHO A4. ARTE A SER ENVIADA PELO CONTRATANTE. IMPRESSÃO EM PRETO DA LOGO. LOTE COM 100 UNIDADES.	18724	LOTE	13	R\$ 41,00	R\$ 533,00
53	ENVELOPE PERSONALIZADO EM KRAFT - TIPO A3. P/B ENVELOPE TIPO SACO, PARDO, PAPEL KRAFT, 80G, TAMANHO A4. ARTE A SER ENVIADA PELO CONTRATANTE. IMPRESSÃO EM PRETO DA LOGO. LOTE COM 100 UNIDADES.	18724	LOTE	7	R\$ 180,00	R\$ 1.260,00
TOTAL GRUPO 08						R\$ 10.872,95
GRUPO 09						
54	CONFEÇÃO DE CARTÃO DE VISITA EM COUCHÉ CARTÕES DE VISITAS, 4X4 CORES, PAPEL COUCHÉ BRILHANTE OU FOSCO, TAMANHO 9X5. LOTE COM 100. ARTE A SER ENVIADA PELO CONTRATANTE. VERSO BRANCO	15423	LOTE	50	R\$ 33,50	R\$ 1.675,00
	CONFEÇÃO DE CRACHA EM COUCHÉ					

55	CONFEÇÃO DE CRACHÁ EM PAPEL COUCHÉ 250 GRS, NOS TAMANHOS 9X13 CM (LXA), ACABAMENTO COM VERNIZ , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM DOIS FUROS NA PARTE SUPERIOR E FIO DE NYLON PP COM PONTEIRA DE METAL. ARTE A SER ENVIADA PELA CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO 20 UNIDADES.	18422	UNIDADE	1900	R\$ 1,95	R\$ 3.705,00
TOTAL GRUPO 09						R\$ 5.380,00
GRUPO 10						
56	CONFEÇÃO DE CONVITE CONFEÇÃO DE CONVITE EM PAPEL COUCHE 115 GR; FORMATO:19 CM X 13 CM , 4X4 CORES COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ENVELOPE. MODELOS E DIAGRAMAÇÃO DEVEM SER APRESENTADOS PELA CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES. PEDIDO MINIMO 20 UNIDADES.	18724	UNIDADE	1580	R\$ 1,05	R\$ 1.659,00
57	SERVIÇO DE IMPRESSÃO COLORIDA - TIPO A4. SULFITE. FRENTE IMPRESSÃO COLORIDA, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A4, APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE	15857	UNIDADE	4500	R\$ 0,88	R\$ 3.960,00
58	SERVIÇO DE IMPRESSÃO P/B - TIPO A4. SULFITE. APENAS FRENTE IMPRESSÃO EM PRETO E BRANCO, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A4, APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE	15857	UNIDADE	30000	R\$ 0,22	R\$ 6.600,00
59	SERVIÇO DE IMPRESSAO P/B - TIPO A4. SULFITE. FRENTE E VERSO IMPRESSÃO EM PRETO E BRANCO, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A4, FRENTE E VERSO (PÁGINA IMPAR E PÁGINA PAR).DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE	15857	UNIDADE	2350	R\$ 0,19	R\$ 446,50
60	SERVIÇO DE REPROGRAFIA (XEROX) COLORIDA - TIPO A4. SULFITE. FRENTE XEROX COLORIDA, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A4, APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	18422	UNIDADE	4235	R\$ 0,61	R\$ 2.583,35
61	SERVIÇO DE REPROGRAFIA (XEROX) P/B - TIPO A4. SULFITE. FRENTE XEROX EM PRETO E BRANCO, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A4, APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	23167	UNIDADE	12725	R\$ 0,18	R\$ 2.290,50
TOTAL GRUPO 10						R\$ 17.539,35
GRUPO 11						
62	SERVIÇO DE IMPRESSAO COLORIDA - TIPO A3. SULFITE. FRENTE IMPRESSÃO COLORIDA, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A3, APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE	15857	UNIDADE	300	R\$ 2,74	R\$ 822,00
63	SERVIÇO DE IMPRESSÃO COLORIDO - TIPO A0. SULFITE. FRENTE SERVIÇO DE IMPRESSÕES DE DESENHOS TÉCNICOS, IMAGENS OU MAPAS , CORES: 4X0 (COLORIDO), TAMANHO A0 APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE	18724	UNIDADE	200	R\$ 4,95	R\$ 990,00
	SERVIÇO DE IMPRESSAO COLORIDO - TIPO A1. SULFITE. FRENTE					

64	SERVIÇO DE IMPRESSÕES DE DESENHOS TÉCNICOS, IMAGENS OU MAPAS , CORES: 4X0 (COLORIDO), TAMANHO A1 APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE	18724	UNIDADE	200	R\$ 7,63	R\$ 1.526,00
TOTAL GRUPO 11						R\$ 3.338,00
GRUPO 12						
65	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA/ARQUITETURA A0 COLORIDO	24902	UNIDADE	50	R\$ 24,83	R\$ 1.241,50
	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PELO SISTEMA DE AUTOCAD OU SIMILAR DE TRAÇADOS, NO TAMANHO DA FOLHA A0, COLORIDO. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE					
66	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA/ARQUITETURA A0 P/B	24902	UNIDADE	50	R\$ 12,00	R\$ 600,00
	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PELO SISTEMA DE AUTOCAD OU SIMILAR DE TRAÇADOS, NO TAMANHO DA FOLHA A0, PRETO E BRANCO. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE					
TOTAL GRUPO 12						R\$ 1.841,50
GRUPO 13						
67	CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO (TAM 20X20CM)	5452	UNIDADE	9	R\$ 21,67	R\$ 195,03
	CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO, 2 MM ESPESSURA, NAS DIMENSÃO 20CMX 20CM (COMPRIMENTO X ALTURA), COM FITA ADESIVA DUPLA FACE DE SILICONE DE ALTA ADERÊNCIA PRA FIXAÇÃO DA PLACA. ARTE A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE					
68	CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO PARA MESA (TAM 25X15CM)	5452	UNIDADE	10	R\$ 36,75	R\$ 367,50
	CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO, 2 MM ESPESSURA, PARA MESA (HORIZONTAL) NAS DIMENSÃO 25CMX 15CM (COMPRIMENTO X ALTURA) COM ADESIVO COLOCADO. ARTE A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE					
69	CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRILICO (TAM 40X15CM)	5452	UNIDADE	15	R\$ 29,83	R\$ 447,45
	CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO, 2 MM ESPESSURA, NAS DIMENSÃO 40CMX 15CM (COMPRIMENTO X ALTURA), COM FITA ADESIVA DUPLA FACE DE SILICONE DE ALTA ADERÊNCIA PRA FIXAÇÃO DA PLACA. ARTE A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE					
70	CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRILICO (TAM 50X25CM)	5452	UNIDADE	5	R\$ 134,71	R\$ 673,55
	CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO, 2 MM ESPESSURA, NAS DIMENSÃO 50X25CM (COMPRIMENTO X ALTURA), COM FITA ADESIVA DUPLA FACE DE SILICONE DE ALTA ADERÊNCIA PRA FIXAÇÃO DA PLACA. ARTE A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE					
71	CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRILICO (TAM 25X15CM)	5452	UNIDADE	13	R\$ 29,23	R\$ 379,99
	CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM ACRÍLICO, 2 MM ESPESSURA, NAS DIMENSÃO 25CMX 15CM (COMPRIMENTO X ALTURA), COM FITA ADESIVA DUPLA FACE DE SILICONE DE ALTA ADERÊNCIA PRA FIXAÇÃO DA PLACA. ARTE A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE					
TOTAL GRUPO 13						R\$ 2.063,52

GRUPO 14						
72	CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM PVC (TAM 30X15CM) COM INSCRIÇÃO EM BRAILE	5452	UNIDADE	12	R\$ 30,43	R\$ 365,16
	CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM PVC, NAS DIMENSÃO 30CMX 15CM (COMPRIMENTO X ALTURA), COM FITA ADESIVA DUPLA FACE DE SILICONE DE ALTA ADERÊNCIA PRA FIXAÇÃO DA PLACA COM ESCRITA EM BRAILE. ARTE A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE					
73	CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO PREDIAL EM AÇO POLIDO (TAM 60X40CM)	5452	UNIDADE	8	R\$ 585,70	R\$ 4.685,60
	CONFEÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO PREDIAL (INAUGURAÇÃO) EM AÇO POLIDO, ESPESSURA MÍNIMA 0,8MM, NAS DIMENSÃO 60CMX 40CM (ALTURAXLARGURA), AS LETRAS DEVEM SER IMPRESSAS NA COR PRETA COM IMPRESSÃO DO BRASÃO DA REPÚBLICA COLORIDO (CORES: AMARELO, AZUL, VERMELHO E VERDE), EM BAIXO RELEVO, ACOMPANHA PARAFUSO BUCHA PARA FIXAÇÃO. ARTE A SER DEFINIDO PELO REQUISITANTE. PEDIDO MINIMO 01 UNIDADE					
TOTAL GRUPO 14					R\$	5.050,76
ITEM						
74	CONFEÇÃO DE ENVELOPE DE SEGURANÇA	18422	LOTE	16	R\$ 896,84	R\$ 14.349,44
	ENVELOPE DE SEGURANÇA, TIPO SACO BRANCO, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO POLIETILENO, COM 0,20 MM (ZERO VÍRGULA VINTE MILÍMETROS) DE ESPESSURA. COM ABA SELADORA DE 2,5 CM, COM FECHO DE SEGURANÇA (INVOLÁVEL) COM ADESIVO DESTACÁVEL NA ABA. FECHAMENTO DAS LATERAIS COM REFORÇO DE SOLDA. DIMENSÕES: 42CM DE ALTURA X 29,7CM DE LARGURA (+ 2,5 CM DE ABA). VERSO PERSONALIZADO: IMPRESSÃO EM COR PRETA ARTE E LAYOUT A DEFINIR PELO CONTRATANTE. LOTE COM 1.000 UNIDADES					
TOTAL GERAL				R\$	1.332.428,60	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO ARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

**ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 200..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../20..., publicada no ..... de ...../...../20....., processo administrativo nº ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de *Pregão* nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Prestador do serviço ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )				
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário
1				
2				
3				
...				

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**Nota Explicativa:** adaptar a tabela acima, bem como a referente ao cadastro de reserva, quando for o caso, de acordo com as condições e características atinentes à natureza do serviço.

**Nota Explicativa:** Nos termos do Parecer nº 00001/2016/CPLCA/CGU/AGU não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico em relação à Ata de Registro de Preços, uma vez que esses institutos estão relacionados à contratação (contrato administrativo em sentido amplo).

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o .....(*nome do órgão*)....





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO ARÁ**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**



**3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:**

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>

**Nota Explicativa:** O órgão gerenciador, previamente à abertura do certame, deverá registrar sua Intenção de Registro de Preços – IRP, com prazo mínimo de oito dias úteis, no Portal de Compras do Governo federal antes de publicar o Edital, salvo no caso de sua dispensa justificada, nos termos dos artigos 4º ao 6º do Decreto nº 7.892, de 2013. Não havendo órgãos participantes, suprimir o subitem 3.2.

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)**

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

**Nota explicativa:** De acordo com o art. 22, § 9º do Decreto nº 7.892, de 2013 é permitida a adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais. Note-se, porém, que “...a possibilidade de adesão para órgão não participante (ou seja, que não participou dos procedimentos iniciais da licitação) não é uma obrigatoriedade a constar impensadamente em todos os editais de pregões para registro de preços, ... mas sim uma medida anômala e excepcional, uma faculdade que deve ser exercida de forma devidamente motivada” (TCU, Ac. n. 757/2015 – Plenário – g.n.)

Nesse sentido, citamos o acórdão TCU nº 2037/2019-Plenário, segundo o qual:

9.6. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo desta Corte que, em reforço ao constante do item 9.3 do Acórdão 757/2015-Plenário, oriente suas unidades sobre a necessidade de sempre avaliar os seguintes aspectos em processos envolvendo pregões para registro de preços:

9.6.1. a existência e o teor da justificativa para eventual previsão no edital da possibilidade de adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes - art. 9º, inciso III, in fine, do Decreto 7.892/2013;

Quanto ao subitem 4.1.1, ele só será exigível após a edição do ato normativo do Secretário de Gestão, devendo a Administração verificar se já houve a publicação de tal ato.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a... (máximo cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao ..... (máximo dobro)..... do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

**Nota Explicativa:** No caso de compra nacional, entendida essa como sendo aquela “em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante prévia indicação da demanda pelos entes federados beneficiados”, o limite para adesões passa



a ser cem por cento por órgão (subitem 4.3) e quintuplo de cada item na totalidade (subitem 4.4), devendo haver, nesse caso, o ajuste dos dispositivos acima.

4.4.1. *Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).*

4.5. *Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.*

4.6. *Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.*

4.6.1. *Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.*

**Nota Explicativa:** No caso de contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, que não esteja vinculada ao fornecimento de bens de tecnologia da informação e comunicação constante da mesma ata de registro de preços; a adesão só será possível se a ata for gerenciada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ou tiver sido previamente aprovada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do referido Ministério.

## 5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

**Nota Explicativa:** A Ata de Registro de Preços pode ter sua validade fixada por prazo inferior a 12 (doze) meses, podendo ou não ser prorrogada, a critério da Administração, respeitado, contudo, o prazo total de 12 (doze) meses (art. 12 do Decreto nº 7.892/13).

## 6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

**Nota explicativa:** Considerando o disposto no art. 9º, XI do Decreto n. 7.892, de 2013, bem como a regra do art. 2º, §4º da IN SLTI/MPOG n. 05, de 2014, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias deve ser considerado como o intervalo máximo entre pesquisas de preços, observando-se que a situação em concreto pode determinar a diminuição desse intervalo.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. *A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*

**Nota Explicativa:** Suprimir o item quando inexisterem outros fornecedores classificados registrados na ata.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO ARÁ**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**



6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

## **7. DAS PENALIDADES**

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. **As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.**

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **8. CONDIÇÕES GERAIS**

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.



**Nota explicativa:** O Decreto n. 7.892/2013, não veda a celebração de termo aditivo contratual para o acréscimo dos quantitativos contratados. Entretanto, a Ata se diferencia do contrato por ser "...documento vinculativo, obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação**, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas" (TCU, Acórdão n° 531/2007, Plenário, Rel. Min. Ubiratan Aguiar, DOU de 10.04.2007). Por essa razão, não é possível o aditamento dos quantitativos da Ata de Registro de Preços, mas sim, apenas, dos contratos firmados.

8.3. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.*

8.3.1. *contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou*

8.3.2. *contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances*

**Nota Explicativa:** Utilizar o subitem acima no caso de licitações por registro de preços com mais de um item, que utilize a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens, **salvo quando, justificadamente, ficar demonstrado pela área demandante no Termo de Referência, de forma expressa, que é inexequível ou inviável, dentro do modelo de execução do contrato, a demanda proporcional ou total de todos os itens do respectivo grupo.**

Nesse sentido, atentar para a seguinte orientação da Secretaria de Gestão:

A Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP), em atenção aos Acórdãos 2.977/2012-TCU-Plenário, 2.695/2013-TCU-Plenário, 343/2014-TCU-Plenário, 4.205/2014-TCU-1ª Câmara, 757/2015-TCU-Plenário, 588/2016-TCU-Plenário, 2.901/2016-TCU-Plenário e 3.081/2016-TCU-Plenário orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) que:

No âmbito das licitações realizadas sob a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens, somente será admitida as seguintes hipóteses:

a) aquisição da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

b) aquisição de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

Constitui irregularidade a aquisição (emissão de empenho) de item de grupo adjudicado por preço global, de forma isolada, quando o preço unitário adjudicado ao vencedor do lote não for o menor lance válido ofertado na disputa relativo ao item, salvo quando, justificadamente, ficar demonstrado que é inexequível ou inviável, dentro do modelo de execução do contrato, a demanda proporcional ou total de todos os itens do respectivo grupo.

8.4. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data  
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO ARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

MODELO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO (A) ..... E  
A EMPRESA .....

A União, Autarquia .... ou Fundação ....., por intermédio do(a) ..... (órgão público – utilizar a menção à União somente se for órgão da Administração Direta), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ....., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no DOU de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de ....., que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECU ÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES

**Nota explicativa:** A tabela acima é meramente ilustrativa, aplicável na hipótese em que a licitação tenha sido dividida em itens ou grupos, devendo compatibilizar-se com as especificações dos serviços estabelecidas no Termo de Referência e reproduzir o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

**Nota Explicativa:** É o modelo de Edital que contempla campo específico para que o órgão ou entidade licitante indique o prazo inicial de vigência contratual.

**O prazo de vigência da contratação, tratando-se de serviços não contínuos, deve ficar adstrito à vigência do respectivo crédito orçamentário, nos termos do artigo 57, caput, da Lei nº 8.666, de 1993.**



### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

Ou

3.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

**Nota Explicativa.** O cômputo do valor total do Termo de Contrato levará em conta o período inicial de vigência estabelecido.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

**Nota explicativa:** Caso se trate de contrato de valor estimativo, em que a própria demanda pelos serviços é variável, cabe inserir o subitem 3.3 acima

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20..., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

OU

**Nota explicativa:** Utilizar o subitem acima se não houver previsão de prestação de garantia no Termo de Referência. Se houver previsão de garantia, utilizar o subitem abaixo.

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

Em regra, a comprovação da prestação da garantia tem sido exigida após a assinatura do Termo de Contrato ou como condição para sua assinatura. Nos termos do Acórdão/TCU n° 1214/2013-Plenário, tem sido recomendada a inclusão desta exigência em todas as contratações desta natureza.





## 8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2. **O prazo de execução dos serviços será de ..... (indicar o período de tempo previsto para a conclusão dos serviços), com início ..... (indicar a data ou evento para o início dos serviços), na forma que segue:**

8.3. **O prazo de execução dos serviços será de ..... (indicar o período de tempo previsto para a conclusão dos serviços), com início ..... (indicar a data ou evento para o início dos serviços), e seguirá o seguinte cronograma:**

8.3.1 . ..... (início e conclusão)

8.3.2 ..... (início e conclusão)

**Nota explicativa 1:** Esta última redação é sugerida para a hipótese de haver cronograma físico-financeiro para a execução dos serviços.

**Nota Explicativa 2:** O prazo de execução não se confunde com o prazo de vigência do contrato. Esse corresponde ao prazo previsto para as partes cumprirem as prestações que lhes incumbem, enquanto aquele é o tempo determinado para que o contratado execute o seu objeto.

Deverá haver previsão contratual dos dois prazos: tanto o de vigência quanto o de execução, pois não se admite contrato com prazo indeterminado e o interesse público exige que haja previsão de fim tanto para a execução do objeto quanto para que a Administração cumpra a sua prestação na avença.

Sendo o prazo de execução o tempo que a contratada tem para executar o objeto, deve, necessariamente, estar abrangido no prazo de vigência. Assim, não poderá ser previsto para a execução termo inicial anterior ao termo de início da vigência contratual, nem tampouco prazo superior ao prazo de vigência estabelecido no edital e no contrato (registrando-se ser recomendável que o prazo de vigência englobe, além do prazo de execução, o tempo necessário para o cumprimento das demais obrigações contratuais, notadamente o recebimento do objeto e o pagamento pela Administração).

Diante da proximidade do termo final dos prazos de execução ou de vigência, caso a Administração pretenda estendê-los, é necessário formalizar a adequação desses prazos, que, se cabível, deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada, por meio de termo aditivo aprovado pela assessoria jurídica e pela autoridade competente para celebrar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades decorrentes de eventual atraso – Fundamento: Parecer n. 133/2011/DECOR/CGU/AGU.

## 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

Ou

10.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Projeto Básico e na proposta da contratada.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. indenizações e multas.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de ..... - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

..... de..... de 20....

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO ARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



2-

**Nota Explicativa:** *Necessário que tenha a assinatura do responsável legal da CONTRATANTE e da CONTRATADA e de 2 testemunhas para atender o disposto no art. 784, III do CPC que considera título executivo extrajudicial o documento particular assinado por duas testemunhas.*

**Nota Explicativa:** *Observar que o contrato e seus aditivos somente terão eficácia após a publicação de seu resumo na imprensa oficial, nos termos do ANEXO VII-G, item 4, da IN nº 05/2017.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

TIMBRE

À

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Pregão Eletrônico: 18/2020 – Pregoeiro XXXXXX

Processo: 23479.015797/2019-47

Razão social da empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ [Ramal: \_\_\_\_] | Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ | Celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_; Agência: \_\_\_\_\_; C/C: \_\_\_\_\_

Representante da empresa:

Nome: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_; E-mail: \_\_\_\_\_

ITEM	OBJETO	Especificação	UND	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
X	.....		----	----	R\$	R\$
Valor Total (quando for o caso) R\$ _____						

O prazo de validade da proposta de preços de preços é de no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura da licitação.

O prazo de entrega será conforme discriminado no Termo de Referência.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como leis sociais, leis trabalhistas, seguros, taxas e contribuições, transporte, alimentação, e demais despesas obrigatórias, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste certame, nada mais sendo válido pleitear a esse título.

Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente proposta observará os seguintes critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregá-lo no prazo determinado no documento de convocação, assim, depois de cumpridas nossas obrigações, e para fins de posterior pagamento, fornecemos os seguintes dados:

1) Dados da Empresa:

- a) Razão Social;
- b) CNPJ/MF;
- c) Endereço;
- d) Cidade/UF;
- e) CEP;
- f) Tel./Fax;
- g) E-mail;
- h) Banco/Agência;
- i) Conta.

2) Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura da Ata:

- a) Nome;
- b) Endereço;
- c) CEP;
- d) Cidade/UF;
- e) CPF/MF;
- f) RG/Órgão Expedidor;
- g) Telefone
- h) E-mail.

Assinatura

**OBS: NÃO SERÁ ACEITA A DESCRIÇÃO “CONFORME O EDITAL”.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO ARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



**ANEXO V – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

Marabá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

Processo nº 23479.015797/2019-47

Ref: Pregão: 18/2020

Prestação dos serviços de \_\_\_\_\_

À firma: \_\_\_\_\_

Prezado(a) Senhor(a),

Em decorrência do processo Licitatório nº \_\_\_\_/20\_\_ Modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preço em Ata, para execução dos serviços de \_\_\_\_\_, tipo Menor Preço, no qual essa empresa foi adjudicada como vencedora, remetemos, em anexo, a(s) Nota(s) de Empenho nº \_\_\_\_\_, e, na forma do art. 62, da Lei nº 8.666/93, que faculta a substituição do Contrato por outro instrumento hábil, estamos encaminhando o presente documento, relativo à aquisição em epígrafe.

Consoante Edital Convocatório, e detalhado na proposta de V.S.<sup>a</sup>, a execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo de até \_\_\_\_\_ (por extenso), a partir da data do recebimento desta e da Nota de Empenho. Local de entrega / execução: \_\_\_\_\_.

Fiscal do Contrato: \_\_\_\_\_ Contato: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, Data do Evento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ de \_\_\_\_ às \_\_\_\_\_. De acordo com Edital, a prestação do serviço deverá ser \_\_\_\_:\_\_\_\_h antes do evento. Para comunicação e confirmação de Prova/arte, e-mail: \_\_\_\_\_

Cumpre-nos informar que antes da efetivação do pagamento e, na forma prevista na legislação e no Edital convocatório, o aludido pagamento só será efetuado mediante atestado comprobatório da execução dos serviços, bem como, consulta "online", da situação cadastral dessa Empresa, ficando o referido pagamento suspenso, no caso de haver alguma pendência no SICAF.

Para controle de V.S.<sup>a</sup>, informamos ainda que, pela legislação vigente, caso ocorra atraso na execução dos serviços, a licitante vencedora estará sujeita, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao pagamento de multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, por atraso injustificado na execução do conteúdo da Ordem de Serviço, calculada sobre o valor do serviço não executado, até o limite de 20 (vinte) dias, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial.

Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, a UNIFESSPA poderá proceder a rescisão unilateral deste instrumento, hipótese em que o FORNECEDOR também se sujeitará às sanções administrativas previstas no Edital e no Estatuto das Licitações.

Informamos ainda a V.S.<sup>a</sup>, que a inobservância aos prazos e obrigações estipulados no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/201\_\_ implicará as penalidades previstas no art. 28 do decreto nº 5450/2005 e art. 87, e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

Finalmente, informamos que a contratação deverá ser cumprida em estrita observância à Lei nº 8.666/93 e suas alterações, devendo V.S.<sup>a</sup> a por o "De acordo", na cópia deste expediente, o qual deverá ser devolvido a esta Universidade, para ulteriores providências, por meio de fone/fax no (94) 2101-XXX ou ainda por e-mail no endereço [XXXXX@unifesspa.edu.br](mailto:XXXXX@unifesspa.edu.br).

Atenciosamente,

XXXXXXXXXX  
Cargo / Setor/Fiscal

De acordo,

Em: ...../...../.....

Representante legal da Empresa